

ARTÍCULO DE INVESTIGACIÓN

## **Internacionalização do Ensino Superior no Brasil e no Chile: modelos parciais de adoção de normas internacionais<sup>1</sup>**

*Internationalization of Higher Education in Brazil and in Chile: models for partial adoption of international norms*

**JOSÉ MARIA DE SOUZA JÚNIOR<sup>2</sup>**

*Universidade de São Paulo, Brasil*

**RESUMO** Este trabalho compara o Ciência Sem Fronteiras no Brasil e o Becas Chile no Chile em relação às diretrizes para a internacionalização do Ensino Superior pela OCDE, UNESCO e BIRD. O Brasil preza pela centralização do sistema de ensino e o Ciência Sem Fronteiras incorpora elementos respaldados pelas organizações internacionais. O Chile tradicionalmente segue modelos de política criados externamente, mas tem no Becas Chile um exemplo de financiamento público. As diretrizes das organizações internacionais são implementadas parcialmente pelos Estados. A implementação parcial se dá de forma que normas locais pré-existentes e as normas internacionais entram em congruência e acham um solo comum para criarem novas normas e práticas, com importante influência de atores locais. As estruturas de ensino superior domésticas são influentes no processo de internacionalização dos dois países.

**PALAVRAS – CHAVE** Organizações Internacionais Governamentais; Brasil; Chile; Internacionalização do Ensino Superior; Mobilidade.

---

1. Este artigo é parte da dissertação de mestrado do autor, contando com trechos integrais da pesquisa original.

2. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e professor de Relações Internacionais nas Faculdades Integradas Rio Branco – Cotia, São Paulo – Brasil. Mail: josemariasjunior@gmail.com.

**RESUMEN** Este estudio el programa “Ciência Sem Fronteiras” en Brasil y el Becas Chile en Chile en relación con las directrices para el proceso de internacionalización de la Educación Superior por parte de la OCDE, la UNESCO y el Banco Mundial. Brasil valora la centralización del sistema educativo y el “Ciência Sem Fronteiras” incorpora elementos apoyados por las organizaciones internacionales. Chile tradicionalmente sigue modelos de políticas creados externamente, pero Becas Chile tiene un ejemplo de financiamiento público. Las directrices de las organizaciones internacionales son implementadas parcialmente por los Estados. La implementación parcial se lleva a cabo de tal manera que las normas locales preexistentes y las normas internacionales se unen y encuentran un terreno común para crear nuevas normas y prácticas, con una importante influencia de los actores locales. Las estructuras nacionales de educación superior influyen en el proceso de la internacionalización de ambos países.

**PALABRAS CLAVE** Organizaciones Gubernamentales Internacionales; Brasil; Chile; Internacionalización de la Educación Superior; Movilidad.

**ABSTRACT** This study compares how two programmes, *Ciência Sem Fronteiras* (Science Without Borders) in Brazil and *Becas Chile* (Chile Grants) in Chile, match up to the OECD, UNESCO and World Bank guidelines for the internationalization of higher education. Brazil has a centralized the higher education system, and *Ciência Sem Fronteiras* incorporates elements endorsed by international organizations. Chile traditionally follows political models created externally, however *Becas Chile* is an example of a publicly financed programme. The guidelines of the International Organizations are partially implemented by both States. The partial implementation is achieved by bringing pre-existing local norms into line with international norms, finding common ground to create new norms and practices with important influence by local actors. Domestic higher education structures influence the internationalization process in the two countries.

**KEYWORDS** International Governmental Organizations; Brazil; Chile; Higher Education Internationalization; Mobility.

## 1. Introdução

Este artigo tem como objetivo a análise das políticas públicas de Brasil e Chile direcionadas à internacionalização do ensino superior (E.S.) na forma de mobilidade acadêmica, principalmente frente às diretrizes das Organizações Internacionais para

este processo. As OIG's (Organizações Internacionais Governamentais) levadas em consideração para este estudo são a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o BIRD (Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento) e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

A publicação de Morossini e Laus "*Internationalization of Higher Education in Brazil*" por parte do Brasil e de Sanchez "*Internationalization of Higher Education in Chile*" por parte do Chile serão o ponto de partida dos casos concretos de internacionalização. Estes artigos fazem parte de um relatório do Banco Mundial (BM) intitulado "*Higher Education in Latin America: the international dimension*"<sup>3</sup>, contudo, cada capítulo é assinado por um ou um grupo de autores<sup>4</sup>.

Os artigos supracitados servirão para ensinar a inserção dos sistemas de ensino de Brasil e Chile na internacionalização para, posteriormente, serem apresentadas e analisadas as políticas públicas alvo desta pesquisa, nominalmente o "Ciência Sem Fronteiras no Brasil" e o "Becas Chile", no Chile. A análise sobre a aderência das políticas de internacionalização do ensino e das diretrizes das organizações internacionais permeia este artigo tanto na explicação dos sistemas de ensino frente à internacionalização quanto na parte específica em que são expostas as políticas de internacionalização propriamente ditas. Neste sentido, UNESCO, OCDE e BIRD colocam visões sobre qualidade, financiamento e internacionalização. Estes pontos serão introduzidos primeiramente e também abordados ao longo do artigo, ao passo que o contexto de cada país mostra a pertinência de tais pontos. A questão da equidade e expansão do ensino é abordada pelas organizações internacionais, todavia, no presente estudo, a equidade e a expansão saem do escopo da pesquisa, pois demandariam análise de outras políticas públicas que não apenas de internacionalização.

## **2. Internacionalização do ensino superior**

Sobre as visões das Organizações Internacionais sobre o processo de internacionalização do ensino superior, o Banco Mundial coloca como um dos principais pontos o financiamento para o ensino superior. Neste sentido, é enfatizado que o papel do Estado deve ser mínimo, deixando que as instituições privadas sejam reguladas pelo mercado. A internacionalização do ensino superior está em função da questão do financiamento e, em seus documentos, o Banco não especifica definições ou diretrizes

---

3. DE WIT *et al.* (2005).

4. Os outros documentos que foram, nesta pesquisa, atribuídos ao Banco Mundial são assinados pelo próprio Banco com a ressalva que é colocada no sentido de que a organização diz que os documentos são confeccionados pelos funcionários do BIRD e não refletem a opinião de seus diretores ou países membros.

para o processo de internacionalização em si. Contudo, vê a necessidade de se criar mão-de-obra especializada para lidar com este fenômeno de forma adequada, além da internacionalização ser um meio alternativo de captação de recursos. Este é um dos pontos principais na visão do BIRD.

A OCDE aborda o tema de forma abrangente do ponto de vista geográfico e de políticas, além de ter diretrizes normativas com relação a alguns pontos. A organização cita as políticas e questões relevantes em diferentes regiões do globo no que diz respeito à internacionalização do ensino superior. Assim, se aponta que o fenômeno é guiado por políticas públicas quando se trata da Europa e pela demanda quando se trata da Ásia. No que diz respeito ao ensino à distância, este é guiado e fomentado pelas próprias instituições de ensino. De acordo com a organização, a América do Sul é responsável por 3% dos estudantes que vão a países da OCDE<sup>5</sup>. São quatro as racionalidades que guiam a internacionalização do ensino superior: (1) migração de mão-de-obra qualificada; (2) geração de renda; (3) capacitação; e (4) compreensão mútua. As três primeiras obedecem à lógica econômica enquanto a quarta possui objetivos acadêmicos, de desenvolvimento, políticos e culturais. Apesar de ser a OCDE que coloca esta classificação, ela pode ser aplicada a qualquer instituição ou governo que busca ou analisa iniciativas de internacionalização de ensino superior, auxiliando o propósito deste trabalho.

A organização explicita ainda os desafios de política em relação ao processo. Tais desafios remetem a questões trabalhadas no respectivo capítulo: qualidade e reconhecimento, acesso e equidade, custo e financiamento. Com relação à internacionalização relativa a estes pontos, a OCDE possui algumas diretrizes normativas. Neste sentido, a internacionalização remete à qualidade do ensino de forma que discentes precisam ser protegidos e informados sobre programas de baixa qualidade. Isto se dá através dos métodos de certificação da qualidade que, como já observado, devem obedecer a critérios nacionais e internacionais. É ressaltada também a necessidade de cooperação entre organismos de qualidade e acreditação nacionais e internacionais.

Em relação ao acesso, a internacionalização do ensino representa uma forma de ampliá-lo. No entanto, este processo ainda é delicado em relação à questão da equidade. Defende-se que o suporte financeiro e informativo para estudantes de baixa renda é necessário por parte dos governos, pois a equidade é algo complexo de se atingir quando se trata da internacionalização do ensino. Assim e por um lado, discentes podem ter mais chances em instituições estrangeiras e, por outro, a internacionalização pode aumentar desigualdades locais por conta dos custos que este processo envolve.

---

5. OCDE (2004a).

Quanto ao financiamento, os países da OCDE adotam duas estratégias: a primeira envolve subsídios indiretos a alunos internacionais, pois estes ajudam a equilibrar cursos e programas, especialmente aqueles que têm número de alunos decrescente; a segunda estratégia relaciona-se com os recursos que estes discentes trazem para as instituições de ensino e neste sentido, a questão abordada pela OCDE se aproxima da visão do Banco Mundial. Desta forma, as diretrizes da OCDE para governos são de que deem autonomia às universidades para controlar os recursos gerados destas atividades e desenvolvam instrumentos de *accountability* para tais atividades<sup>6</sup>.

As diretrizes da OCDE para governos com relação ao processo de internacionalização do ensino superior estão no documento “*Tertiary Education for the Knowledge Society*”<sup>7</sup>. Tais diretrizes focam a direção das políticas de internacionalização, no fomento da atratividade e competitividade internacional do ensino superior, no gerenciamento da dimensão interna da internacionalização e da otimização de estratégias de internacionalização – resumidos, a continuação, no Tabela 4.

A UNESCO é iminentemente descritiva sobre o tema da internacionalização e enfatiza que é um processo crescente e que, em regra, o movimento percorrido é norte-sul, com algumas exceções. As demandas impostas pela sociedade do conhecimento que se traduzem em pesquisas de qualidade apenas podem ser atendidas através de iniciativas de cooperação internacional. As empresas exigem cada vez mais de seus funcionários certas habilidades que são adquiridas através de iniciativas de internacionalização do ensino superior. Uma das observações feitas nos documentos da UNESCO é que os estudantes estrangeiros representam o montante de US\$ 45 bilhões<sup>8</sup>.

Assim, a UNESCO enfatiza oportunidades, desafios e riscos identificados no processo de internacionalização do ensino superior. Com relação às oportunidades, estudos e pesquisas não estão mais limitados por fronteiras, entretanto, isto pode representar uma ameaça à autonomia e à cultura locais. O fenômeno possui dimensões políticas, logísticas e educacionais e é intensificado pelas facilidades de viagens e comunicação fornecida pelos avanços da tecnologia da informação. Assim, observadas questões de qualidade e regulamentação, iniciativas de internacionalização podem estender os recursos de universidades sem demandar investimento adicional e melhorar a capacitação de instituições e sistemas de ensino desfavorecidos. Os *stakeholders* do ensino criam práticas e linguagens que permitem a maior mobilidade de discentes de graduação e pós-graduação para aumentar sua capacitação para atuar

---

6. OCDE (2004b).

7. OCDE (2011).

8. BARROW (2008) apud ALTBACH *et al.* (2009) p. 28.

na sociedade globalizada. As instituições e sistemas de ensino tem a oportunidade de implementar linhas estratégicas de ação mais proativas do que reativas, uma vez que o fenômeno tem sido cada vez mais tratado de forma central, bem organizado e uma dimensão bem pensada da ação institucional. Todos estes elementos traduzem oportunidades no nível individual, institucional e governamental para o tema em questão, onde estes *stakeholders* podem passar da retórica para a ação de formas que não eram concebíveis há dez anos atrás<sup>9</sup>.

Tabela 1 – Diretrizes da OCDE para a internacionalização do ensino superior.

Direção das políticas de internacionalização:	Fomento da atratividade e da competitividade internacional do ensino superior:	Gerenciar a dimensão interna da internacionalização:	Otimização da estratégia de internacionalização:
<ul style="list-style-type: none"> <li>- criar estratégia nacional e um quadro de políticas alinhadas com objetivos específicos dos países no setor de ensino superior e além, por exemplo: desenvolvimento de recursos humanos, pesquisa e inovação.</li> <li>- melhorar a coordenação de políticas nacionais.</li> <li>- estimular instituições de E.S. a serem proativas com relação à internacionalização.</li> <li>- promover estratégias sustentáveis de internacionalização.</li> <li>- criar estrutura para auxiliar as instituições de ensino nas estratégias de internacionalização e ter agências específicas para apoiar tais instituições a ter capacitação e desenvolver redes internacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- criar estruturas que promovam o sistema de ensino superior nacional e desenvolver atividades de marketing internacional para promover a imagem de marca do sistema de ensino superior nacional através de uma única agência / estrutura.</li> <li>- aumentar a comparabilidade internacional do ensino superior e considerar a participação em sistemas de transferência de créditos internacionais e redes de reconhecimento profissional.</li> <li>- desenvolver alternativas aos rankings globais atuais: apoiar o desenvolvimento de metodologias mais precisas para a comparação global e medidas comparativas de resultados de aprendizado no nível institucional.</li> <li>- melhorar as informações para possíveis estudantes internacionais.</li> <li>- criar centros de excelência no nível de pós-graduação enquanto se assegura a provisão de qualidade na educação transfronteiriça no nível de graduação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- desenvolver a internacionalização dos campi.</li> <li>- estimular a mobilidade da staff acadêmica e de alunos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- melhorar dados para informar o <i>policy-making</i> incluindo informações sobre “a experiência internacional” dos indivíduos em surveys do ensino superior ou das forças de trabalho.</li> <li>- tirar vantagem das complementaridades internacionais e considerar suporte público para a mobilidade de estudos de pós-graduação ou programas de graduação não disponíveis domesticamente.</li> <li>- gerenciar o impacto da migração da internacionalização.</li> <li>- considerar programas colaborativos com instituições de ensino superior estrangeiras.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria (OCDE, 2011).

9. ALTBACH *et al.* (2009) p. 31.

Quando se trata dos desafios, a UNESCO aponta que, para ser efetiva, a internacionalização do ensino superior demanda recursos humanos e financeiros. Isto representa uma dificuldade para Estados e instituições com recursos escassos. A mobilidade de programas de ensino é feita de maneira relativamente fácil, o risco é de que os programas oferecidos em outros países podem seguir integralmente as condutas domésticas e não levar em conta contextos e aspectos locais de onde o programa está se instalando. Assim, nem o Estado sede da instituição ou o Estado que recebe o programa possuem capacidade de monitorar a qualidade, parâmetros éticos ou demais condições nas quais o programa é oferecido. Desta forma, a criação de padrões internacionais de conduta é necessária<sup>10</sup>. A UNESCO aponta que o principal desafio relativo a este tema, porém, é que o ensino superior globalizado é desigual. A situação da África é enfatizada pela organização no sentido de que a língua predominante nas iniciativas de internacionalização é o inglês, as bolsas de estudo e oportunidades ficam restritas a quem possui fluência. É complexo para as instituições africanas se registrarem nos rankings existentes e entrarem no estágio da internacionalização. Ou seja, quem obtém vantagens da internacionalização do ensino superior são discentes com recursos e os socialmente privilegiados. Conseqüentemente, tornar o ensino superior internacional algo igualitário através do levantamento de dados precisos e de ações neste sentido conformam importantes desafios.

Em relação aos riscos gerais do processo, Knight<sup>11</sup> observa os seguintes: comercialização de ensino superior, os “fabricantes de diploma internacional” (*foreigndegreemills*) e fuga de cérebros (*braindrain*). Contudo, alguns riscos variam de acordo com a região: países em desenvolvimento estão mais propensos à perda de identidade cultural, enquanto países de renda média sofrem com problemas de “elitismo” no processo.

Se as atuais tendências de globalização e internacionalização continuarem, a distribuição de riqueza no mundo será ainda mais acentuada: “A migração global de talentos torna possível para nações mais ricas e instituições atrair e reter capital humano que é desesperadamente necessário em lugares diversos”<sup>12</sup>. Apesar disso, autores apontam, por exemplo, que há um crescimento do movimento sul-sul que cria eixos regionais na África do Sul que atrai estudantes do continente e de outros países em desenvolvimento<sup>13</sup>.

---

10. ALTBACH *et al.* (2009) p. 32

11. KNIGHT (2006) p. 63, apud ALTBACH *et al.* (2009).

12. ALTBACH *et al.* (2009) p. 33, tradução nossa.

13. AGARWALET *et al.* (2008) apud ALTBACH *et al.* (2009).

Por fim, tanto a UNESCO quanto a OCDE mencionam a questão da inserção do ensino superior no Acordo Geral de Comércio e Serviços (GATS) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Para a OCDE, este pode ser um potencial mercado no futuro. Todavia, os debates são grandes em torno na liberalização e inclusão do ensino superior no GATS, e governos estão relutantes neste sentido. O receio é de que a liberalização reduza os investimentos públicos e a capacidade de regulamentação dos Estados nesta questão, uma vez que a maioria dos membros da OCDE tem a concepção de ensino superior como público e não voltado para o lucro. Neste sentido, o *Policy Brief* de 2004 da OCDE aponta que: (i) o ensino público não faz parte das negociações de liberalização do GATS; (ii) a OMC não tem como obrigar Estados a abandonarem seus investimentos públicos no ensino, a menos que o Estado em questão se comprometa a isso, o que não aconteceu até agora; (iii) a organização de padrões de qualidade não está no escopo de ação do GATS. Em outras palavras, o que é apontado pela OCDE é que o impacto do GATS no ensino doméstico dependerá dos compromissos assumidos pelos Estados nesses sentidos<sup>14</sup>.

Não obstante, a UNESCO coloca que a não entrada dos serviços educacionais no âmbito da OMC nas últimas negociações é temporária e que os princípios de livre comércio por parte da organização, por um lado, e as necessidades sociais dos Estados, por outro, tendem a entrar em conflito. A alegação se assemelha a da OCDE, relatando que a assinatura de um acordo de livre comércio em ensino favoreceria os provedores voltados ao lucro e prejudicaria a capacidade de regulamentação dos Estados<sup>15</sup>. Dentro da complexidade do debate e da variedade de *stakeholders* com agendas diversas, é necessário que o setor de ensino superior seja apto a avaliar riscos, benefícios e políticas regulamentárias para desenvolvimentos atuais e futuros, uma vez que a inabilidade em fazer estas avaliações prejudicaria países menos desenvolvidos<sup>16</sup>.

A Tabela 2 resume as visões das organizações internacionais sobre o processo de internacionalização do ensino superior.

---

14. OCDE (2004a).

15. ALTBACH (2004) apud ALTBACH *et al.* (2009).

16. KNIGHT (2006) apud ALTBACH *et al.* (2009).



Tabela 2 – A visão das OI's sobre a internacionalização do ensino superior.

UNESCO	<p>Oportunidades: Estudos e pesquisa não estão mais limitados por fronteiras. Dimensões políticas, logísticas e educacionais. Observadas questões de qualidade e regulamentação, iniciativas de internacionalização podem estender os recursos de universidades sem demandar investimento adicional e melhorar a capacitação de instituições e sistemas de ensino desfavorecidos. Instituições e sistemas de ensino tem a oportunidade de implementar linhas estratégicas de ação mais proativas do que reativas, uma vez que o fenômeno tem sido cada vez mais tratado de forma central, bem organizado e uma dimensão bem pensada da ação institucional.</p> <p>Desafios: Criação de padrões internacionais de conduta é necessária. Diminuir as desigualdades do ensino internacional. Tornar o ensino superior internacional algo igualitário através do levantamento de dados precisos e de ações com este objetivo.</p> <p>Riscos: Comercialização de ensino superior, os “fabricantes de diploma internacional” e fuga de cérebros. Países em desenvolvimento estão mais propensos à perda de identidade cultural, enquanto países de renda média sofrem com problemas de “elitismo” no processo. Um grande risco é a tendência de maior concentração de renda do que já existe hoje.</p>
OCDE	<p>Racionalidades da internacionalização: (1) migração de mão-de-obra qualificada; (2) geração de renda; (3) capacitação; e (4) compreensão mútua. As três primeiras obedecem à lógica econômica enquanto a quarta possui objetivos acadêmicos, de desenvolvimento, políticos e culturais.</p> <p>Desafios da internacionalização: (1) qualidade e reconhecimento; (2) acesso e equidade; e (3) custo e financiamento.</p>
BIRD	<p>Ênfase na questão do financiamento de modo que a internacionalização represente uma importante forma de captação de recursos alternativos para as instituições públicas e privadas de ensino superior. Com relação a Estados sem tradição de cobrança no ensino superior, reconhece-se a complexidade do debate, mas sugere-se que governos e instituições implementem instrumentos de mensuração de eficiência.</p> <p>É necessário criar mão-de-obra especializada nos processos e tarefas relacionadas à internacionalização.</p>

Elaboração Própria. Fontes: OCDE (2008); ALTBACH et al. (2009); BIRD (1994, 2012).

### 3. A internacionalização do ensino superior no Brasil

Segundo Laus e Morosini<sup>17</sup> o sistema de ensino superior brasileiro é altamente centralizado e regulado. As iniciativas de internacionalização se iniciaram a partir do final da Segunda Guerra Mundial através de acordos com instituições estrangeiras. Na década de 1960, foram feitos acordos bilaterais que foram intensificados na década seguinte.

O processo de internacionalização deriva de muitas fontes, desde esforços concentrados entre instituições de ensino e governo até a busca por prestígio por parte das instituições. Os principais atores deste processo são o Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O início da internacionalização estava ligado a universidades públicas e institutos de treinamento, por um lado, e pesquisas do Ministério da Agricultura e do Exército, por outro. Na década de 1990 é que a internacionalização se expande através do ensino superior pela ação do MEC e do MCT<sup>18</sup>.

Os estudos internacionais complementam a pós-graduação no Brasil. Desta forma, faz-se perceptível que a finalidade da internacionalização do ensino superior seria a de cobrir lacuna relacionada à qualidade dos programas domésticos, ou seja, estão relacionadas à capacitação de pessoal (*idem*). A qualidade e a regulamentação no sistema de ensino superior doméstico brasileiro são responsabilidades da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que é um órgão do Ministério da Educação.

A internacionalização das universidades está diretamente ligada ao desenvolvimento de pesquisa e à produção do conhecimento e, apesar da alta centralização e regulamentação, há certa autonomia das instituições com relação à internacionalização (*ibidem*, p. 123-124). Desta forma, o nível de pós-graduação é crucial no processo e foi onde a internacionalização se iniciou, já o nível de graduação começou a se internacionalizar mais recentemente. Como a pesquisa é uma questão central, os profissionais ligados a internacionalização possuem alto grau de autonomia no processo. Quando se trata da graduação, o controle governamental é expressivamente maior. As universidades têm pouca autonomia na escolha de curriculum, emissão e reconhecimento de diplomas e estudos. Em questão da internacionalização, autores defendem que mais precisa ser feito para o nível de graduação<sup>19</sup>.

---

17. LAUS e MOROSINI (2005).

18. LAUS e MOROSINI (2005).

19. NEVES (2002) p. 12, apud LAUS e MOROSINI (2005) p. 128.

A CAPES é responsável por avaliar os programas de pós-graduação nacionais e atribuir notas a eles (de 1 a 7), os programas que recebem a nota máxima são considerados de nível internacional. O modelo utilizado pela CAPES é baseado em modelos externos. Neste sentido, percebe-se que as diretrizes de UNESCO e BIRD relativas à avaliação da qualidade são incorporadas pelo sistema de ensino brasileiro. As duas instituições colocam como diretrizes para a melhora da qualidade a necessidade de avaliações internas e externas. A CAPES, baseando-se em avaliações externas, contempla parte desta diretriz no que diz respeito à pós-graduação. Já o Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) é responsável pela avaliação do ensino superior de forma geral. A instituição responsável pelo Sinaes é o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) que responde ao Ministério da Educação e é um importante ator no ensino superior brasileiro.

Os escritórios de relações internacionais das instituições de ensino superior também são atores relevantes no processo de internacionalização, apesar disso, não há treinamento específico para a internacionalização, ou seja, não há estratégia definida<sup>20</sup>. As autoras apontam que, de acordo com a ALFA (*Latin America Academic Training*), os objetivos dos programas de internacionalização são: (i) participação em redes e associações internacionais; (ii) desenvolver contatos existentes e expandir conexões com universidades da Europa e Estados Unidos; (iii) promover e apoiar intercâmbios bilaterais, buscar relações com instituições de ensino envolvidas em tecnologia e ciência e respeitadas na Ásia em parceria com o setor produtivo e governo; (iv) estimular aproximação com outros países do MERCOSUL; e (v) abrir canais para atrair recursos estrangeiros. Estes dados sugerem que, dentro das quatro racionalidades previstas pela OCDE (migração de mão-de-obra qualificada; geração de renda; capacitação; e compreensão mútua), o Brasil utiliza pelo as duas últimas na internacionalização do seu sistema de ensino superior. Excetua-se a migração de mão-de-obra qualificada e relativiza-se a geração de renda pois esta pode significar incremento de recursos para a universidade ou para o discente que usufruiu da iniciativa de internacionalização – a OCDE não especifica o tipo de geração de renda<sup>21</sup>. Além das iniciativas de cooperação norte-sul, o Brasil também possui ações no sentido da cooperação sul-sul traduzidas nos programas PEC-PG e PEC-G que promovem intercâmbio de pós-graduação e graduação, respectivamente, para países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordos educacionais e culturais<sup>22</sup>.

---

20. LAUS e MOROSINI (2005).

21. OCDE (2004).

22. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2020).

Além da CAPES, o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) também fornece apoio e bolsas para a internacionalização do ensino superior. O CNPq investe mais nas ciências exatas, enquanto a CAPES o faz mais nas Humanidades. Em termos gerais, as ciências exatas são as mais beneficiadas. A internacionalização no nível institucional depende da autorização do governo. A CAPES e o CNPq fornecem dados indicando a escala de mobilidade internacional financiada pelo governo. Estas, somadas às agências estaduais de fomento, produzem relatórios recomendando treinamento de brasileiros no âmbito doméstico e internacionalmente visando à melhora da capacitação dos corpos docentes no Brasil e a ampliação de acordos internacionais. Tais recomendações envolvem indivíduos, instituições e governo e buscam, além da maior internacionalização, a melhora da qualidade do ensino superior brasileiro<sup>23</sup>.

Em suma, as autoras dizem que o processo de internacionalização do ensino superior brasileiro se expandiu na década de 1990. A mobilidade é um aspecto importante do processo que tem contribuído para o aprendizado de línguas estrangeiras, costumes, tecnologias, práticas acadêmicas e padrões de qualidade nas universidades brasileiras. Mesmo assim, pouco foi feito e o processo de internacionalização se encontra apenas no início. Há a necessidade de política estratégica para a internacionalização no sentido de regulamentar questões sobre docência, sobre o reconhecimento de diplomas estrangeiros e dar mais flexibilidade e liberdade para pesquisadores. Há diferentes níveis de internacionalização, sendo que algumas instituições possuem este elemento em suas bases e outras são alheias a isto.

Ao passo que a centralização permitiu apenas recentemente a participação da graduação na internacionalização, a pós-graduação é um modelo a ser seguido. Este é um meio de melhorar a qualidade nos níveis individual, institucional e governamental, as políticas institucionais e governamentais podem reforçar a sustentação de desenvolvimento científico e tecnológico de acordo com os interesses nacionais, além da revitalização do MERCOSUL expandir a participação brasileira no mercado internacional, de acordo com estes mesmos interesses. Desta forma, a necessidade de estratégia institucional e governamental para este processo é evidente, assim como a indagação sobre o nível de preparo do sistema de ensino brasileiro para lidar em um contexto altamente competitivo.

O objetivo do presente trabalho não é necessariamente responder tais questionamentos, mas sim analisar uma iniciativa recente de políticas públicas com o objetivo da internacionalização do ensino superior no Brasil. Assim, posteriormente analisar-se-á o quanto o Ciência Sem Fronteiras (CsF)<sup>24</sup> auxilia nas questões levan-

---

23. LAUS e MOROSINI (2005).

24. Informações disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>, acesso em 04/2020.

tadas e como as ideias deste programa se alinham às diretrizes formuladas pelas organizações internacionais para o processo de internacionalização do ensino superior. As perguntas centrais, portanto, são: em que medida as organizações internacionais estudadas neste trabalho influenciam a internacionalização do ensino superior no Brasil? Como o âmbito doméstico influencia na dinâmica e no grau de adesão destas políticas pelo Brasil?

### 3.1 *Ciência Sem Fronteiras*

De acordo com o site com informações sobre este programa de intercâmbio lançado em 2011/2012 pelo governo brasileiro, o *Ciência Sem Fronteiras* visava a “consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional”<sup>25</sup>. Este foi um esforço conjunto entre o Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do CNPq e CAPES e das Secretarias de Ensino Superior e Ensino Tecnológico do MEC – a ausência do Ministério das Relações Exteriores chama atenção nessa descrição.

A meta a ser cumprida era que em quatro anos, 101 mil alunos usufríssem de bolsas que os mantinham em contato com sistemas educacionais competitivos em termos de tecnologia e inovação. Por outro lado, o programa também abria a possibilidade de receber pesquisadores que quisessem se fixar no Brasil ou fazer parcerias com pesquisadores brasileiros nas áreas que o programa definia como prioritárias. Tais áreas eram:

- Engenharias e demais áreas tecnológicas;
- Ciências Exatas e da Terra;
- Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;
- Computação e Tecnologias da Informação;
- Tecnologia Aeroespacial;
- Fármacos;
- Produção Agrícola Sustentável;
- Petróleo, Gás e Carvão Mineral;
- Energias Renováveis;
- Tecnologia Mineral;
- Biotecnologia;
- Nanotecnologia e Novos Materiais;
- Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais;
- Biodiversidade e Bioprospecção;
- Ciências do Mar;

---

25. CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (2020).

- Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação);
- Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva;
- Formação de Tecnólogos.

Neste sentido, a racionalidade do programa em questão, como colocada pela OCDE, era de capacitação e migração de mão-de-obra qualificada, o que não ficava claro de acordo com Laus e Morosini<sup>26</sup>, na análise sobre iniciativas de internacionalização anteriores. Os números e as áreas cobertas pelo programa sugerem que a competitividade é valorizada nesta iniciativa, diferentemente dos programas de cooperação sul-sul, nos quais a racionalidade de compreensão mútua tende a ter maior peso. Obviamente que a geração de renda é uma possível externalidade do programa em médio-longo prazo, entretanto, esta não é identificada como a racionalidade principal da iniciativa.

Os países na lista do site do programa são Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos, Espanha, França, Holanda, Hungria, Índia, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Portugal e Reino Unido. Apesar disto, a lista de destino de bolsistas possui outros Estados dado que há a possibilidade de firmar parcerias com outros países. Mesmo assim, na lista constam Estados desenvolvidos ou em desenvolvimento, mas que possuem alguma excelência nas áreas contempladas pelo programa.

Os objetivos explicitados pelo site do CsF são:

- Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;
- Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;
- Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas;
- Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

Tais objetivos convergem com a ideia de capacitação e migração de mão-de-obra estrangeira supracitadas. As bolsas concedidas do programa até 2016 foram:

---

26. LAUS e MOROSINI (2005).

Tabela 3 – Bolsas por Nível do programa Ciências Sem Fronteiras.

<b>Modalidade</b>	<b>Número de Bolsas</b>
Doutorado sanduíche	9.685
Doutorado pleno	3.353
Pós-doutorado	4.652
Atração de Jovens Talentos	504
Mestrado no Exterior	558
Pesquisador visitante especial (no Brasil)	775
Graduação Sanduíche no Exterior	73.353
<b>Total</b>	<b>92.880</b>

Fonte: Site do CsF ([cienciasemfronteiras.gov.br](http://cienciasemfronteiras.gov.br)) elaboração própria. Consulta: 04/2020.

A previsão inicial do programa era que o governo federal brasileiro concedesse em torno de 75.000 bolsas e o setor privado mais 26.000. Neste sentido, a diretriz do Banco Mundial de busca por recursos alternativos no ensino superior seria seguida. No entanto, os dados atualizados não mostram qual parcela das bolsas foi concedida pelo governo e qual parcela foi cedida pelo setor privado.

Reitera-se que a internacionalização pode tanto melhorar a qualidade de um sistema de ensino quanto aumentar as desigualdades e inequidades em sociedades. Isto se dá porque este fenômeno não responde exatamente a questões de qualidade ou equidade, mas sim à globalização a partir da década de 1990 que, não coincidentemente, ocorre quando o processo de internacionalização se intensifica no Brasil. O programa CsF se apresenta como um que está no espectro competitivo da questão da internacionalização, buscando melhor capacitação de profissionais brasileiros para que contribuam para a qualidade dos cursos e programas no país, visando melhor colocação das instituições de ensino brasileiras. Daí a dificuldade em analisá-lo do ponto de vista da equidade.

O Tabela 4 mostra o número de alunos que participaram do Ciência Sem Fronteiras desde seu início por país de destino.

Tabela 4: Quantitativo de participantes do Ciência Sem Fronteiras por país.

<b>País de Destino</b>	<b>Quantidade de Bolsistas</b>
Estados Unidos	27.821
Reino Unido	10.740
Canadá	7.311
França	7.279
Austrália	7.074
Alemanha	6.595
Espanha	5.025
Itália	3.930
Portugal	3.843
Irlanda	3.387
Holanda	2.289
Hungria	2.134
Brasil	1.276
Bélgica	632
Suécia	547
Coreia do Sul	522
Japão	520
Noruega	358
Nova Zelândia	307
China	296
Dinamarca	229
Finlândia	216
Suíça	168
Áustria	132
Chile	43
Em Atualização	40
Polônia	34
República Tcheca	24
México	18
África do Sul	16
<b>Total</b>	<b>92.806</b>

Fonte: Site do CsF ([cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle](http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle)), elaboração própria. Consulta em: 04/2020.



O próximo Tabela retrata as áreas contempladas pelo Ciências Sem Fronteiras. Fica evidente que o programa foi uma iniciativa na parte de formação técnica e tecnológica em áreas estratégicas principalmente das ciências exatas e voltadas para o setor produtivo e de desenvolvimento. Foi um programa que não contemplou a área de ciências humanas.

Tabela 5: Quantitativo de participantes do Ciência Sem Fronteiras por área.

Área	Quantidade de Bolsistas
Engenharias e demais áreas tecnológicas	41.594
Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde	16.076
Indústria Criativa	8.061
Ciências Exatas e da Terra	7.361
Computação e Tecnologia da Informação	5.694
Produção Agrícola Sustentável	3.197
Biotecnologia	2.039
Fármacos	1.879
Biodiversidade e Bioprospecção	1.342
Energias Renováveis	1.000
Não Informado	873
Ciências do Mar	813
Nanotecnologia e Novos Materiais	697
Petróleo, Gás e Carvão Mineral	678
Novas Tecnologias e Engenharia Construtiva	566
Tecnologia Aeroespacial	431
Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres	260
Formação de Tecnólogos	183
Tecnologia Mineral	136
<b>Total</b>	<b>92.880</b>

Fonte: Site do CsF ([cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle](http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle)), elaboração própria. Consulta em: 04/2020.

As informações sobre o referido programa de internacionalização do ensino superior brasileiro sugerem que as diretrizes do Banco Mundial foram internalizadas pelo Brasil através do Ciência Sem Fronteiras. Nesse sentido, nota-se que: há a participação do setor privado no financiamento de bolsas, embora a maior parte destas bolsas sejam financiadas pelo setor público; a competitividade, constantemente valorizada pelo BM, também é contemplada, uma vez que o programa visa a melhorar a capacitação de profissionais no mercado brasileiro em áreas estratégicas do conhecimento. Contudo, em suas diretrizes, o BM aborda o nível institucional, ou seja, o foco são as instituições de ensino que precisariam de autonomia para diversificar seus recursos e melhorarem sua competitividade e, para isso, necessitariam que tal autonomia fosse concedida pelo Estado. Assim, observa-se na presente pesquisa que o governo brasileiro através do Ciência Sem Fronteiras segue as diretrizes do Banco Mundial, mas não necessariamente no âmbito das instituições<sup>27</sup>. Já a OCDE e UNESCO seguem a linha do Banco Mundial neste sentido. A visão do BM é ressaltada, no entanto, em detrimento às outras organizações, por conta deste elemento (financiamento) ser de suma importância para esta organização. Em outras palavras, as diretrizes do BM para vários temas ligados ao ensino giram em torno da questão do financiamento.

Quando se trata das diretrizes para o processo de internacionalização propriamente dito, o Ciência Sem Fronteiras se mostra seguindo algumas racionalidades observadas pela OCDE, sendo as principais: migração de mão-de-obra qualificada, geração de renda (no caso de se levar em conta a renda para o discente e não para a instituição de ensino) e capacitação. A UNESCO aborda descritivamente as oportunidades, desafios e riscos envolvidos no processo de internacionalização, o que dificulta a análise do ponto de vista da aderência das políticas brasileiras e do programa de mobilidade em questão.

A OCDE possui diretrizes definidas para o processo de internacionalização provavelmente em virtude dos países da Europa, que conformam a maioria dos membros da organização, demandarem tais diretrizes, uma vez que o processo de internacionalização em tais países se encontra em estágio avançado. Neste sentido, o Brasil segue parcialmente as diretrizes da OCDE através do programa Ciência Sem Fronteiras. Tais diretrizes seguem quatro linhas: (A) direção das políticas de internacionalização, (B) fomento da atratividade e competitividade internacional do ensino superior, (C) gerenciamento da dimensão interna da internacionalização e (D) otimização da estratégia de internacionalização.

---

27. As questões da autonomia e da competitividade em instituições de ensino superior saem do escopo desta pesquisa, assim é possível que estas diretrizes sejam também seguidas no nível institucional. Contudo, mais estudos são necessários para aferir esta hipótese.

Com relação ao ponto A, as diretrizes são:

- 1- Criar estratégia nacional e um Tabela de políticas alinhadas com objetivos específicos dos países no setor de ensino superior e além, por exemplo: desenvolvimento de recursos humanos, pesquisa e inovação.
- 2- Melhorar a coordenação de políticas nacionais.
- 3- Estimular instituições de E.S. a serem proativas com relação à internacionalização.
- 4- Promover estratégias sustentáveis de internacionalização.
- 5- Criar estrutura para auxiliar as instituições de ensino nas estratégias de internacionalização e ter agências específicas para apoiar tais instituições a ter capacitação e desenvolver redes internacionais.

Neste ponto, as diretrizes 1 e 2 são seguidas pelo CsF, já os outros pontos não são integralmente contemplados nesta iniciativa. Para o fomento da atratividade e da competitividade do ensino superior (ponto B), a OCDE relata:

- 1- Criar estruturas que promovam o sistema de ensino superior nacional e desenvolver atividades de marketing internacional para promover a imagem de marca do sistema de ensino superior nacional através de uma única agência / estrutura.
- 2- Aumentar a comparabilidade internacional do ensino superior e considerar a participação em sistemas de transferência de créditos internacionais e redes de reconhecimento profissional.
- 3- Desenvolver alternativas aos rankings globais atuais: apoiar o desenvolvimento de metodologias mais precisas para a comparação global e medidas comparativas de resultados de aprendizado no nível institucional.
- 4- Melhorar as informações para possíveis estudantes internacionais.
- 5- Criar centros de excelência no nível de pós-graduação enquanto se assegura a provisão de qualidade na educação transfronteiriça no nível de graduação.

O programa em questão contribui em certa medida para os pontos 1, 4 e 5 das diretrizes da OCDE, mesmo não tendo estes elementos exatamente descritos como seus objetivos. Já o ponto C, gerenciar a dimensão interna da internacionalização, a OCDE coloca:

- 1- Desenvolver a internacionalização dos *campi*.
- 2- Estimular a mobilidade do *staff* acadêmico e de alunos.

Neste quesito, o ponto 2 é fomentado pelo projeto de internacionalização aqui tratado. O quarto aspecto que a OCDE define é a otimização da estratégia de internacionalização (ponto D) e, neste sentido, as instruções são:

- 1- Melhorar dados para informar o *policy-making* incluindo informações sobre “a experiência internacional” dos indivíduos em *surveys* do ensino superior ou das forças de trabalho.
- 2- Tirar vantagem das complementariedades internacionais e considerar suporte público para a mobilidade de estudos de pós-graduação ou programas de graduação não disponíveis domesticamente.
- 3- Gerenciar o impacto da migração da internacionalização.
- 4- Considerar programas colaborativos com instituições de ensino superior estrangeiras.

Pode-se dizer que, apesar de não integralmente, o Ciência Sem Fronteiras colabora para todos os pontos relacionados com a otimização da estratégia da internacionalização colocada pela OCDE, pois o programa prevê a atração de pesquisadores para atuar no Brasil.

Estes dados sugerem que o programa analisado por esta pesquisa é parte de um projeto nacional de capacitação, cujo sucesso deve ser medido de acordo com os objetivos estipulados e após o término do programa. Neste sentido, este programa remonta as necessidades de capacitação domésticas e não atende, necessariamente, às diretrizes das organizações internacionais. Pontos de convergência estão ligados a participação do setor privado, no que diz respeito às diretrizes do Banco Mundial e a algumas diretrizes de política colocadas pela OCDE.

Mesmo assim, estes pontos de convergência são limitados em vista da dimensão do programa em face das diretrizes das organizações internacionais. Em suma, o Brasil segue com seu sistema de ensino centralizado, e com certa autonomia, levando-se em conta o CsF como unidade de medida para aferir a adesão do Brasil a políticas geradas externamente. Isto se deve ao fato da internacionalização do ensino superior, como fenômeno, responder a outro fenômeno: a globalização. Desta forma, pode-se afirmar que a internacionalização do ensino superior brasileiro também responde a questões ligadas ao processo maior de globalização, crescente desde os anos 90.

As avaliações baseadas em padrões internacionais, a busca por maior competitividade, a participação do setor privado e alguns aspectos relativos aos princípios das políticas implementadas convergem com as diretrizes postas pela UNESCO, OCDE e BIRD.

Em contrapartida, as áreas privilegiadas pelo Ciência Sem Fronteiras são reflexos de necessidades percebidas pelo governo brasileiro como estratégicas, ou seja, há a influência de questões locais neste sentido. Estes elementos mostram a influência local na adesão das normas geradas externamente, mesmo sabendo que tais práticas possam ser mais reflexo da própria globalização do que uma influência exercida pelas organizações internacionais no Estado brasileiro.

#### 4. Internacionalização do Ensino Superior no Chile

A primeira universidade chilena foi criada em 1738 e era chamada San Felipe, em 1843 passou a chamar-se Universidade do Chile. Em 1898, a Pontifícia Universidade do Chile foi fundada. Neste sentido, o ensino superior no Chile seguiu padrões de outros países da América Latina, diferentemente do Brasil que passou a ter universidades somente no século XX. Antes de 1981, o Chile possuía 16 universidades públicas e nove privadas. Sanchez (2005) aponta que uma mudança estrutural no ensino superior chileno aconteceu nos anos 1980 quando o suporte à diversidade permitiu a abertura de novas instituições mormente privadas, que por sua vez, permitiu a expansão do ensino sem acarretar custos ao Estado<sup>28</sup>.

Atualmente, há quatro tipos de instituições de ensino superior no Chile: universidades, institutos profissionais, centros de treinamento técnico, e academias militares. A maioria das instituições está localizada em regiões metropolitanas relacionadas a Santiago, Valparaíso e Concepción.

O Chile aloca 3.5% de seu Produto Interno Bruto no ensino, sendo que o setor público arca com 0.6% do PIB. O recurso despendido para o ensino superior é 18% do total alocado para o ensino como um todo. A pós-graduação é oferecida mais comumente pelas instituições mais tradicionais. Em 2003, o país possuía 364 programas de mestrado e 75 de doutorado, e em torno de 4% dos estudantes estavam cursando pós-graduação<sup>29</sup>. A participação do setor privado no financiamento e investimento no sistema de ensino superior claramente segue uma das diretrizes do Banco Mundial e das outras organizações pertinentes a este trabalho. Neste sentido, a visão sobre austeridade universitária é acatada pelo Chile.

A reinserção do regime democrático no Chile nos anos 90 não conseguiu reverter as reformas feitas no período militar, ou seja, mesmo sendo uma democracia, o país tem um sistema de ensino superior consolidado em um período de governo autocrático. Sendo assim, de acordo com Sanchez (2005), a internacionalização do início da década de 1990 possuía objetivos políticos: auxiliar no restabelecimento das relações bilaterais e multilaterais do país. Mesmo assim, o autor mostra que ainda há falta de suporte institucional com relação a novos programas e fundos que permitam às instituições participarem de novos acordos cooperativos; a segurança nacional chilena seria auxiliada também através da internacionalização do ensino superior, uma vez que manteria relações pacíficas e integrativas com países vizinhos. Além disso, há a

---

28. BRUNNER e BRICALL (2000) apud SANCHEZ (2005).

29. MINEDUC (2005) apud SANCHEZ (2005).

mudança na percepção de outros países com relação à posição geopolítica chilena. Segundo Sanchez<sup>30</sup>, há décadas atrás, o país era percebido como isolado e remoto em virtude de estar cercado por uma cadeia montanhosa e pelo mar. A mudança da percepção de isolamento é evidenciada pelos tratados assinados pelo Chile com os Estados Unidos, a União Europeia e a Coreia do Sul. A estabilidade econômica do país andino advinda da sua aptidão ao comércio o coloca como um potencial parceiro comercial e científico. Vê-se, neste caso, que a inclinação chilena para o comércio ainda é forte e este elemento limita sua autonomia, apesar da mudança de percepção mundial na posição geopolítica chilena. Em suma, a situação do Chile ainda depende de seu comércio exterior, apesar do país ter se desenvolvido na direção da estabilidade econômica e democrática.

A situação de estabilidade econômica e política aliada ao comércio causa pressão nas instituições de ensino em direção à internacionalização no sentido de se relacionarem com outras culturas em um ambiente competitivo de mercado internacional<sup>31</sup>. Os principais atores no processo de internacionalização do ensino superior chileno são o Ministério da Educação (MINEDUC), Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Interior, Agência Chilena de Cooperação Internacional (AGCI), Conselho de Ensino Superior, Comissão Nacional de Acreditação, Comissão Nacional para Pesquisa Científica e Tecnológica (CONICYT), Comissão de Relações Internacionais do Conselho de Reitores e organizações internacionais e fundações.

O artigo<sup>32</sup> corrobora a aptidão natural do Chile para o comércio, pois aponta que os atores no processo de internacionalização visam a internacionalizar empresas chilenas em uma tentativa de melhor colocação no comércio mundial. Este é o caso do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Interior, ao passo que a AGCI visa a promover a redução da pobreza e promoção da equidade, treinamento de chilenos no exterior, entre outros. O Conselho de Ensino Superior é responsável por acreditar, no sentido de permitir o funcionamento, em universidades privadas e institutos profissionais, assim como avaliar, aprovar, ou recusar projetos institucionais e programas de graduação. A Comissão Nacional de Acreditação certifica a qualidade dos programas oferecidos por instituições autônomas de ensino superior. O processo de acreditação é voluntário e visa promover e assegurar a qualidade em programas de ensino superior – como o debate em marcha sobre a lei que estabelecia o Sistema Nacional de Certificação de Qualidade no Ensino Superior. Neste sentido, é perceptível a preocupação com a garantia da qualidade no ensino superior chileno. A literatura analisada não mostra com precisão os elementos que são levados em conta

---

30. SANCHEZ (2005).

31. GONZALEZ (2003) p. 10, apud SANCHEZ (2005) p. 152.

32. SANCHEZ (2005).

neste aspecto, mas, ao menos em partes, as diretrizes das organizações internacionais estão sendo levadas em conta ao passo que o Chile possui organizações domésticas que objetivam a certificação da qualidade, isto é, há mecanismos locais para aferir a qualidade do ensino superior.

O CONICYT foi criado em 1967 e é responsável pelas questões relativas à pesquisa em ciência e tecnologia. Assim, a instituição coordena aspectos burocráticos, técnicos e de recursos humanos de pesquisa e mantém contato com países da América Latina, América do Norte, União Europeia em programas de cooperação. A importância do CONICYT para a internacionalização do ensino superior, portanto, é evidente. Há um departamento de relações internacionais que integra a comunidade científica chilena aos seus correlatos em outros países, como Alemanha, Argentina, Brasil, Colômbia, Coréia, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, México, Portugal, Reino Unido, Venezuela. Outras organizações que apoiam a internacionalização do ensino superior são o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Agência Japonesa de Cooperação Internacional, Agência Espanhola de Cooperação Internacional, Cepal, Fundação Ford, Fundação Konrad Adenauer, Fundação Rockefeller, Fundação Humboldt, entre outras.

Resultados de pesquisa realizada para levantar dados sobre o grau de internacionalização das instituições de ensino superior no Chile mostram que as iniciativas neste sentido se expandiram consideravelmente a partir da década de 1990 como uma resposta ao crescente fenômeno da globalização. Contudo, estas iniciativas sofrem com a falta de planejamento e objetivos claros, ou seja, as instituições não possuem políticas para levarem as ações adiante. Suas atividades internacionais são heterogêneas baseadas em mobilidade discente, de funcionários e intercâmbio científico. A falta de conceitualização faz com que o processo de internacionalização seja visto como marginal nas políticas de desenvolvimento institucional<sup>33</sup>. As racionalidades institucionais no processo são a acadêmica e a econômica. A primeira está ligada à expansão dos horizontes para efeito de reconhecimento e apreciação internacional para que atividades de pesquisa e treinamento tenham padrões internacionais. A lógica econômica segue a via da geração de recursos pelo oferecimento de serviços educacionais para discentes internacionais e domésticos. Neste sentido, Sanchez<sup>34</sup> coloca que há dois tipos de instituição no Chile: aquelas comprometidas com a reformulação de estratégias organizacionais para incorporar a internacionalização; e outras que tem a internacionalização apenas como um instrumento de marketing para atrair um mercado de estudantes sem objetivar mudanças profundas no modelo organizacional.

---

33. SANCHEZ (2005) p. 157.

34. SANCHEZ (2005).

Nos escritórios de relações internacionais das universidades as mudanças de funcionários são constantes por conta das nomeações serem por apontamento político. Neste sentido, o artigo de Sanchez<sup>35</sup> (2005) aponta para diretrizes normativas. Para o autor, o Tabela de funcionários deve ser permanente para estruturar melhor as referidas áreas. Há dificuldade de medir o orçamento destinado a atividades de internacionalização em virtude da pluralidade de serviços neste sentido. Nesse sentido, não há financiamento governamental para o processo. O autor também aponta que é necessário que o governo ofereça programas de financiamento que compelissem as universidades a competir por eles. Os processos de avaliação da qualidade não incluem elementos de internacionalização, pelo fato deste elemento não ser percebido como contributivo para a melhora da qualidade.

Mesmo assim, o Chile tem uma gama ampla de formas de internacionalização: mobilidade de discentes e de pessoal, internacionalização de curriculum, programas de dupla graduação, programas ligados à pesquisa e desenvolvimento, programas internacionais de extensão, educação à distância, *campi* transnacionais, entre outros. Provedores internacionais estão presentes no país oferecendo programas presenciais, à distância e mistos.

Os resultados alcançados desde a década de 1990 até meados de 2000 se relacionam com ações das instituições de ensino<sup>36</sup>. Não há política governamental definida, aspecto agravado pela falta de conceituação para as ações coordenadas para o processo. Segundo esse autor, o governo deve ser mais assertivo mesmo na regulamentação, fazendo mais do que acordos bi ou multilaterais, ou seja, aprofundando as relações internacionais relativas ao ensino superior (*idem*).

Neste sentido, a próxima seção deste artigo apresenta a iniciativa de internacionalização que se iniciou em 2008 denominada Becas Chile<sup>37</sup>.

#### 4.1 *Becas Chile*

Esta iniciativa de internacionalização parte do Ministério da Educação chileno (MINEDUC) e tem como meta a inserção do Chile na sociedade do conhecimento. Obviamente, o país já estava inserido em processos de internacionalização do ensino superior antes desta iniciativa, entretanto, é assim que o Becas Chile se descreve. Esse Programa pretende cumprir objetivos de desenvolvimento econômico, social e cultural.

---

35. SANCHEZ (2005).

36. SANCHEZ (2005).

37. Dados disponíveis em: <http://www.becaschile.cl>, acesso em 21/01/2013, e posteriormente atualizados com acesso em 05/2020.



Assim, o governo estabeleceu que a necessidade estava em torno de fortalecer os atores envolvidos com inovação, pesquisa e desenvolvimento para que universidades, empresas e o próprio Estado sejam beneficiados no sentido de impulsionar a pesquisa básica e aplicada, o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e o empreendedorismo.

De acordo com o site do Programa, o objetivo fundamental é a definição de política integral de longo prazo de formação de capital humano avançado em países estrangeiros através de três linhas de ação:

- Aumentar as oportunidades de formação e aperfeiçoamento no estrangeiro.
- Modernizar e articular os programas de bolsas governamentais.
- Fomentar a vinculação e cooperação internacional.

Sendo assim, a crítica analisada anteriormente, feita por Sanchez<sup>38</sup>, é de certa forma atendida a partir de 2008, com a criação deste programa de bolsas, pois ele representa maior participação do Estado com financiamento e recursos humanos para o processo de internacionalização. Como visto na seção anterior, o neoliberalismo chileno não representou necessariamente a ausência do Estado na economia, pois o governo ditava os rumos da economia. Com relação à internacionalização do ensino superior, o Estado era mais ausente, deixando que o mercado de certa forma se autorregulasse. A partir do Becas Chile, percebe-se maior participação do Estado, sendo tal participação estratégica para fortalecer a presença internacional do país e para incentivar a cooperação entre instituições de ensino no Chile e no exterior. Neste sentido, o Chile segue diretrizes da OCDE na parte das políticas nacionais de internacionalização.

A partir disso, o Programa de bolsas financia a formação de pós-graduandos através de bolsas de pós-doutorado, doutorado, mestrado, especialidades médicas, estágios para doutorandos e co-orientação de doutorado. A formação técnica de nível superior é apoiada pelas bolsas e estágios de aperfeiçoamento de competências técnicas. Com relação à formação docente, o Programa dá bolsas de mestrado para profissionais em educação, intercâmbio de um semestre no exterior para estes profissionais, certificado para acadêmicos envolvidos com o ensino na língua inglesa, estágios de matemática e ciências. Com isto, busca-se aumentar o número de estudantes de pós-graduação, de pedagogia e técnicos de nível superior que tenham se aperfeiçoado internacionalmente.

---

38. SANCHEZ (2005).

A formação de recursos humanos do Becas Chile se dá da seguinte forma: o Comitê de Ministros se encarrega de definir a política, alinhamentos, estratégias, programas e metas, assim como planos de trabalho de curto, médio e longo prazo na questão da formação de capital humano avançado em países estrangeiros. Este comitê é formado pelo Ministro da Educação, Ministro da Fazenda, Ministro da Economia, Fomento e Reconstrução, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Planificação e o Presidente do Conselho de Inovação.

A Secretaria Executiva dá suporte técnico e administrativo para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Comitê de Ministros, devendo coordenar as propostas a serem apresentadas para tal Comitê observando sua adequada implementação. Além da Secretaria, as ações do Comitê e da própria secretaria em questão devem observar o que está disposta na lei n 20.314 (Lei de Pressupostos do Setor Público de 2009) que versa sobre diretrizes da Divisão de Educação Superior do MINEDUC, CONICYT, CPEIP (Centro de Aperfeiçoamento, Experimentação e Investigações Pedagógicas) e com o Programa Inglês Abre Portas.

O Tabela 6 mostra o número de discentes que usufruíram do Programa até o ano de 2011.

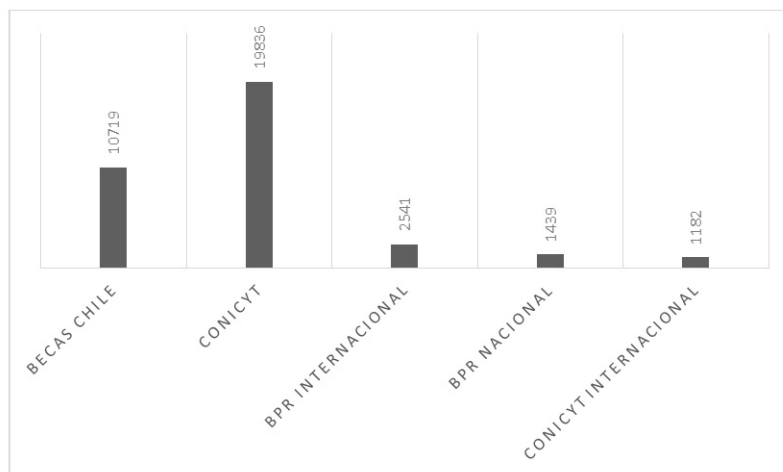
Tabela 6 – Quantitativo de Alunos que Participaram do Programa Becas Chile entre 2008 e 2011.

Tipo de Bolsa	Anos			
	2008	2009	2010	2011
Co-orientação de doutorado	-	13	8	11
Doutorado	473	543	446	299
Mestrado	652	793	329	473
Mestrado para profissionais da educação	48	53	43	89
Estágio de Matemática e Ciências	-	105	105	90
Estágio de Aperfeiçoamento Técnico	-	-	278	-
Estágio de doutorandos	84	59	69	115
Pós-Doutorado	29	31	49	53
Semestre de Intercâmbio	-	186	91	82
Especialidades Médicas	-	50	24	12
Total por ano	1286	1833	1442	1224
<b>Total de alunos participantes</b>	<b>5785</b>			

Fonte: www.becaschile.cl, elaboração própria.

Este Tabela foi levantado em 2012 sendo que atualmente o formato da divulgação das bolsas e da mobilidade do ensino superior chileno foi alterado. O próximo Tabela mostra a situação atual do Becas Chile. Percebe-se que esta forma de internacionalização por mobilidade atualmente tem seus números divulgados em conjunto com outros programas de bolsas para o ensino superior tanto no Chile quanto no exterior.

Tabela 7 – Quantitativo de Alunos que Participaram do Programa Becas Chile em 2020.



Fonte: [www.becaschile.cl](http://www.becaschile.cl), elaboração própria.

Este Tabela mostra o atual formato da divulgação de bolsas no ensino superior do país. Percebe-se que o maior fornecedor de bolsas é o CONICYT e a maioria dessas bolsas são concedidas no Chile.

Tabela 8 – Alunos por Tipo de Bolsa Programa Becas Chile 2020.

Tipo de Bolsa	Quantidade
Mestrado	5405
Doutorado	4149
Pós-Doutorado	507
Estágio	445
Subespecialidade Médica	167
Co-Orientação de Doutorado	46
<b>Total</b>	<b>10.719</b>

Fonte: [www.becaschile.cl](http://www.becaschile.cl), elaboração própria.

Além das informações por nível de formação que as bolsas fornecem, é pertinente saber quais as áreas do conhecimento que são contempladas pelas bolsas. Assim, o próximo Tabela mostra as áreas que o Becas Chile envolve.

Tabela 9 – Alunos por Área de Participação Programa Becas Chile 2020.

<b>Distribuição por área de formação</b>	<b>Quantidade</b>
Ciências Sociais	4.925
Ciências Naturais	1.822
Humanidades	1.572
Engenharia e Tecnologia	1.213
Ciências Médicas	780
Ciências da Agricultura	393
<b>Total</b>	<b>10.705</b>

Fonte: [www.becaschile.cl](http://www.becaschile.cl), elaboração própria.

Nos parâmetros da racionalidade da internacionalização colocados pela OCDE, este processo no Chile segue a racionalidade da compreensão mútua, especialmente implantada pela OCDE a partir dos anos 90, instrumento usado para aproximar o país de outros Estados do sistema internacional. Esta racionalidade está, portanto, inclusa na temática da internacionalização do ensino superior no Chile. Contudo, o Becas Chile é um programa mais específico e que visa, principalmente, a capacitação de profissionais chilenos, principal racionalidade deste programa.

Com relação à qualidade do ensino superior, a literatura analisada sugere que o Chile segue parcialmente as diretrizes das organizações internacionais mantendo metodologias domésticas de avaliação. Como visto anteriormente, as formas de internacionalização existentes no Chile são variadas, apesar de não devidamente organizadas, o que significa que elementos de avaliação internacionais podem influenciar o sistema de ensino chileno, mesmo que indiretamente.

As observações de UNESCO, OCDE e BIRD do ponto de vista do financiamento são do sentido de cada vez mais o custo do ensino superior ser dividido na sociedade, ou seja, com os discentes fazendo parte no ônus educacional. O Chile tradicionalmente segue estas diretrizes nas quais a visão do Banco Mundial é destacada. Este destaque se dá pela ênfase do BM analisar vários pontos referentes ao ensino em função da questão do financiamento. Neste sentido, o programa Becas Chile destoa da tendência chilena de adesão aos preceitos das organizações, pois este programa tem financiamento governamental. O governo não financiava programas de internacionalização. O Becas Chile é uma resposta a esta crítica que visa a colocar o Chile em melhor posição relativa ao sistema internacional e à chamada sociedade do conhecimento.

Do ponto de vista da internacionalização propriamente dita, o Chile corre alguns riscos observados pela UNESCO, especificamente com os diplomas de baixa qualidade, ou seja, os “fabricantes” de diploma. Contudo, a UNESCO não possui diretrizes normativas para o processo, dificultando a análise da aderência do Chile para a internacionalização do ponto de vista desta organização. O Becas Chile é um programa de internacionalização que sai da linha de diretrizes do Banco Mundial, pois esta instituição vê o processo como uma oportunidade de geração de renda para as instituições. No entanto e tal como acontece com a maior parte das bolsas do Ciência Sem Fronteiras, o Becas Chile é financiado pelo governo. Esta iniciativa de financiamento sai da linha de atuação liberal chilena, representando certa busca de autonomia e de capacitação de recursos humanos do corpo discente.

Cruzando os dados desta iniciativa de internacionalização chilena com as diretrizes específicas da OCDE, vemos que o Chile segue tais diretrizes parcialmente, como o Brasil. Vale ressaltar que o Chile é membro da OCDE e o Brasil não. O Becas Chile segue as diretrizes da OCDE para a direção das políticas de internacionalização, no sentido de criar estratégia nacional e um Tabela de políticas alinhadas com objetivos específicos dos países no setor de ensino superior e melhorar a coordenação de políticas nacionais.

O segundo ponto da OCDE é em relação ao fomento da atratividade e da competitividade internacional do ensino superior, e o Becas Chile segue a instrução de criar centros de excelência no nível de pós-graduação, enquanto assegura a provisão de qualidade na educação transfronteiriça no nível de graduação. O Chile, em suas políticas mais amplas, segue a diretriz de criar estruturas que promovam o sistema de ensino nacional e desenvolver atividades de marketing internacional para promover a imagem da marca do sistema de ensino superior nacional.

Na questão sobre gerenciar a dimensão interna da internacionalização, o Becas Chile segue, assim como o CsF, a diretriz de estimular a mobilidade da *staff* acadêmica e de alunos. O último ponto para o qual OCDE se direciona é a otimização estratégica de internacionalização e, neste sentido, o Becas Chile contempla a instrução de incrementar os dados para informar o *policy-making*. No caso, incluem-se informações sobre a “experiência internacional” dos indivíduos em *surveys* do ensino superior, ou das forças de trabalho e a questão de vantagens das complementaridades internacionais, além de considerar suporte público para a mobilidade de estudos de pós-graduação ou programas de graduação não disponíveis domesticamente.

Estes dados e análises mostram que a iniciativa chilena vai no sentido de formar recursos humanos capacitados para um projeto de internacionalização do ensino superior e de melhora da qualidade de ensino chilena. Nessa linha de ação chilena, tanto em questões mais abrangentes quanto no ensino superior, o Becas Chile em específico, se afasta das ações neoliberais que deixam certas políticas públicas a cargo de atores privados.

## 5. Considerações Finais

A proposta deste artigo foi ilustrar como os Estados incorporam diretrizes a partir das Organizações Internacionais em suas políticas públicas. Neste sentido, buscou-se ressaltar a importância da estrutura interna, da atuação dos atores internos, e de como Estados aderem a normas geradas internacionalmente. Isto está ligado, no limite, à uma questão de soberania dos Estados, mas também evidencia o peso dos atores domésticos e das organizações internacionais que influenciam a tomada de decisão estatal.

A literatura analisada enfatiza a internacionalização do ensino superior no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, que se deu por necessidades de pesquisa e tecnologia<sup>39</sup>. Já Sanchez<sup>40</sup>, confere preferência para o período da internacionalização chilena correspondente aos anos 90. Esta última, possuía finalidade política na medida em que tirava o Chile do isolamento após sua reinserção no sistema democrático.

De qualquer forma, é a partir da década de 1990 que há a expansão da internacionalização do ensino superior em ambos os países. Portanto, o fenômeno da internacionalização, apesar de estar ligado a questões de qualidade, equidade e expansão e financiamento, não responde necessariamente a tais elementos. Em outras palavras, a internacionalização responde a outro fenômeno mais abrangente: a globalização. É a partir daí que se configura a dificuldade de analisar a internacionalização em função da equidade e expansão no que diz respeito ao contexto dos programas de mobilidade estudados no Brasil e no Chile, pela presente pesquisa.

Em termos gerais, o Chile tem sido mais aberto a políticas geradas externamente do que o Brasil inclusive na questão do ensino. Contudo, o Becas Chile representa um movimento na direção oposta desta tendência. O referido programa é financiado pelo governo e contempla as áreas percebidas e necessitadas de capacitação internacional. Assim, é um movimento, mesmo que tímido, contrário à tendência histórica chilena. Chama atenção às modalidades variadas de internacionalização e a quantidade de atores políticos envolvidos neste processo no Chile.

O Brasil, por sua vez, possui as iniciativas centralizadas em menor número de atores, soma-se que suas modalidades de internacionalização também são reduzidas quando comparadas ao Chile. O programa Ciência Sem Fronteiras chama atenção em termos absolutos pois pretende conceder 101.000 bolsas em todo nível superior até o ano 2016. Já o Becas Chile concedeu 10.719 bolsas. Não obstante, é necessário se levar em conta a população universitária de cada país. Em 2007, o Chile possuía 753.543

---

39. LAUS e MOROSINI (2005).

40. SANCHEZ (2005).

discentes no nível superior<sup>41</sup>, enquanto o Brasil, em 2010, possuía 6.5 milhões de discentes matriculados no nível superior<sup>42</sup>. Em termos relativos os programas são similares, sendo que o Ciências Sem Fronteiras abrangeu em torno de 1,5% da população do ensino superior brasileiro, enquanto o Becas Chile abrangeu 1,4% da população do ensino superior chileno.

Reitera-se que o Becas Chile possui um distanciamento em relação à tendência chilena e, conseqüentemente às diretrizes neoliberais defendidas pelo Banco Mundial, ao passo que o Ciência Sem Fronteiras incorpora alguns dos elementos colocados como recomendações pelo BM: leva em conta a competitividade, buscando melhorar a posição relativa do ensino brasileiro em termos de capacitação e inclui a participação de recursos privados em quase 25% das bolsas oferecidas. Porém, a maior parte destas bolsas ainda é financiada pelo governo e a referida iniciativa de internacionalização não gera recursos para instituições brasileiras – como sugere o BIRD em suas diretrizes.

Neste sentido, comparar os referidos programas de mobilidade no Brasil e no Chile faz com que se lide com experiências quase contrárias no contexto do ensino superior de cada um: o Brasil tem um contexto marcado pela centralização do sistema de ensino e o Ciência Sem Fronteiras incorpora elementos respaldados pelas organizações internacionais. Já o Chile, tradicionalmente segue modelos de política criados externamente, mas tem no Becas Chile um exemplo de financiamento e escolha das áreas prioritárias para a mobilidade.

As visões de Brasil e Chile com relação à internacionalização e os programas de mobilidade que são objetos do presente estudo, contrapostos às diretrizes das organizações internacionais, podem ser resumidos em ambos os Tabelas abaixo:

---

41. ZAPATA e TELEJEDA (2008) p. 7.

42. INEP (2011).

Tabela 10 - Internacionalização e Programas de Mobilidade no Brasil.

<b>Racionalidade</b>	Em geral, as racionalidades da internacionalização são: capacitação e compreensão mútua. Já no programa de mobilidade analisado na presente pesquisa, as racionalidades são de capacitação e de migração de mão-de-obra qualificada.
<b>Atores na Internacionalização</b>	MEC, MCT, MRE, CNPq, CAPES e outras instituições ligadas ao MEC.
<b>Atores no Ciência Sem Fronteiras</b>	MEC, MCT, CAPES, CNPq, Secretarias de E.S. Ensino Tecnológico do MEC. Chama atenção a ausência do MRE.
<b>Financiamento</b>	Parcialmente convergente com a visão do BIRD (participação do setor privado no financiamento). A maior parte do recurso utilizado é público. A competitividade é levada em consideração. O BIRD leva em conta o nível institucional enquanto o programa é governamental.
<b>Qualidade</b>	Possui elementos de avaliação internos e externos. Isto converge com as diretrizes de UNESCO e BIRD. As formas de divulgação de instituições com maus resultados nas avaliações convergem com as instruções da OCDE.
<b>Internacionalização</b>	Atuação parcialmente convergente com as diretrizes específicas da OCDE. Vai contra as orientações do BIRD porque não gera recursos para as instituições.

Fontes: Sites do CsF, OCDE, BIRD, UNESCO, elaboração própria.



Tabela 11 - Internacionalização e Programas de Mobilidade no Chile.

<b>Racionalidade</b>	A partir dos anos 90 a principal racionalidade é a política no sentido de criar compreensão mútua. Porém, o Becas Chile se utiliza da lógica da capacitação.
<b>Atores na Internacionalização</b>	MINEDUC, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Interior, Agência Chilena de Cooperação Internacional (AGCI), Conselho de Ensino Superior, CONICYT, Comissão de Relações Internacionais do Conselho de Reitores e organizações internacionais e fundações.
<b>Atores no Becas Chile</b>	MINEDUC, Ministério das Relações Exteriores, CONICYT.
<b>Financiamento</b>	Tradicionalmente segue diretrizes neoliberais no que diz respeito ao financiamento do ensino superior. O programa de mobilidade Becas Chile diverge desta linha de ação, sendo financiado pelo governo chileno.
<b>Qualidade</b>	Possui mecanismos internos de avaliação. O nível de internacionalização e a presença de fornecedores estrangeiros no sistema de ensino chileno sugerem que elementos de avaliação internacionais são indiretamente incorporados.
<b>Internacionalização</b>	Atuação parcialmente convergente com as diretrizes específicas da OCDE. Vai contra as orientações do BIRD porque não gera recursos para as instituições.

Fontes: Sites do Becas Chile, OCDE, BIRD, UNESCO, elaboração própria.

A partir destes Tabelas percebe-se que as diretrizes das organizações internacionais tendem a ser implementadas parcialmente pelos Estados. As normas locais pré-existentes e as normas internacionais entram em congruência e acham um solo comum para criarem novas normas e práticas, com importante influência de atores locais. As respectivas estruturas de ensino superior domésticas são influentes no processo de internacionalização dos dois países.

Destá forma, o presente estudo abre espaço para futuras pesquisas mais abrangentes de cada um dos países em sua internacionalização de ensino superior. Tais pesquisas podem incluir todas as políticas vigentes ou recentes de internacionalização em nível nacional de Brasil e/ou Chile para análise mais precisa das iniciativas, racionalidades e resultados obtidos com tais processos, fornecendo perspectiva mais abrangente da internacionalização em cada país. Esclarecer a relação entre internacionalização do ensino superior e globalização, qualidade, equidade e financiamento é importante para que não se confunda a causalidade de fenômenos e que se estabeleçam parâmetros para lidar com tais variáveis.

No que diz respeito às organizações internacionais, é cada vez mais imprescindível olhar como estas instituições tratam questões como o ensino superior e seus mecanismos de influência nos Estados. Estudos no sentido de esclarecer tanto os mecanismos de influência como a sistemática de formulação das diretrizes das organizações são profícuos para a área de Relações Internacionais à medida que jogam luz às práticas institucionais das OI's. Tal esforço contribuirá para estudos empíricos e evolução teórica da área.

### **Referências bibliográfico**

- ALTBACH, Philip, REISBERG, Liz e RUMBLEY, Laura (2009): Trends in Global Higher Education – tracking an academic revolution. Published in 2009 by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization 7 place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP. Set and printed in the workshops of UNESCO.
- BRASIL: Ciência Sem Fronteiras: O Programa. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>.
- DE WIT, Hans, JARAMILLO, Isabel Cristina, GACEL-AVILA, Jocelyne; e KNIGHT, Jane (2005): Higher Education in Latin America: the international dimension.
- INEP (2011): Censo da Educação Superior 2010. Divulgação dos Principais Resultados do Censo da Educação Superior 2010. Outubro.
- LAUS, Sonia Pereira e MOROSINI, Marília Costa (2005): Internationalization of Higher Education in Brazil. In de Wit et al.(org): “Higher Education in Latin America: the international dimension”. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2005. 1818 H Street NW, Washington D.C.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação PEC-PG. Acesso em 04/2020. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PEC/PCPG.php>.
- SANCHEZ, Carlos Ramírez (2005): Internationalization of Higher Education in Chile. In de Wit et al.(org): “Higher Education in Latin America: the international dimension”. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 1818 H Street NW, Washington D.C.
- SOLA, Lourdes (1993): Estado, transformação econômica e democratização no Brasil. In Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas. Lourdes Sola – org. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- SOUZA, Thaís Rebello (2009): (Con)Formando Profesores Eficazes: a relação política entre o Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Universidade Federal Fluminense.
- OCDE (2011): Tertiary Education for the Knowledge Society – pointers for policy development. Directorate for Education, Education and Training Policy Division.
- OCDE (2007): Cross Boarder Tertiary Education: a way towards Capacity Development. OCDE and The International Bank of Reconstruction and Development / The World Bank.
- OCDE (2005): Guidelines for Quality Provision In Cross Boarder Higher Education. OCDE.
- OCDE (2004a): Internationalisation and Trade in Higher Education – opportunities and challenges. OCDE Publishing.
- OCDE (2004b): Internationalisation of Higher Education. Policy Brief. OECD Observer.
- UNESCO (2004): Higher Education in a Globalized Society. UNESCO Education Position Paper. Published by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Composed and Printed in the workshops of UNESCO. Printed in France.
- UNESCO (2007): Third Global Forum on Quality Assurance. Dares Salaam, Tanzania. UNESCO.
- VALDERRAMA, Fernando (1995): History of UNESCO. UNESCO Reference Books – UNESCO Publishing. Printed by Presses Universitaires de France, Vendôme, France.
- WORLD BANK (1994): Higher Education: the lessons of experience. Development in Practice. Washington DC.
- WORLD BANK (2000): Higher Education in Developing Countries: peril and promise. 1818, H. Street NW, Washington, DC 20433.
- WORLD BANK (2012): Putting Higher Education to Work: skills and research for growth in East Asia. 1818, H. Street NW, Washington, DC 20433.
- WORLD BANK (2007): A guide to the World Bank. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank. Washington DC.
- ZAPATA, Gonzalo e TELEJEDA, Ivo (2008): Informe Nacional – Chile. Educación Superior y Mecanismos de Aseguramiento de la Calidad. Proyecto ALFA Aseguramiento de la Calidad: Políticas Públicas y Gestión Universitaria.